

Subcomitê Regional do PJe

Ata nº 03/2025



1. Informações da reunião

Tipo de reunião: Ordinária

Data: 15 de abril de 2025, às 14:00 horas, por videoconferência (plataforma Zoom)

2. Participantes

2.1. Presentes - Portaria GP nº 60/GP, de 9 de dezembro de 2024

Daniel de Paula Guimarães - Desembargador(a) do Trabalho - Coordenador	TRT-2
Luis Fernando Feóla - Juiz(a) Auxiliar da Presidência - Vice-coordenador	TRT-2
Paula Becker Montibeller Job - Juiz(a) Auxiliar da Corregedoria Regional	TRT-2
Renata Prado de Oliveira - Juíza do Trabalho Substituta	TRT-2
Laura Martins Maia de Andrade - Procuradora do MPT 2ª Região	MPT
Virgílio Bernardes Carbonieri - Procurador do Estado de São Paulo	PGE
Antonio Carlos Bratefixe Junior - Advogado representante da OAB/SP	OAB
Vanessa Borelli Silva - Secretária da Corregedoria Regional	TRT-2
Diogo Koki Koga - Calculista	TRT-2
Lucélia de Melo Silva - Diretora de Vara	TRT-2
Oswaldo José Costa da Silva Leme - Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicações	TRT-2
Michele Vieira Campos - Coordenadoria de Apoio aos Sistemas Judiciais Eletrônicos	TRT-2

2.2. Ausências justificadas

Juliana Jamtchek Grosso - Juíza do Trabalho Titular	TRT-2
Maria Inês Ebert Gatti - Secretária da Vice-Presidência Administrativa	TRT-2
Fernanda André Delicio - Secretária Geral da Presidência	TRT-2

Sérgio Stankevicius - Diretor de Secretaria - 2º grau	TRT-2
Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira - Secretaria-Geral Judiciária	TRT-2
Francisco Sorio Flor - Oficial de Justiça	TRT-2
2.3. Outros participantes - Art. 8º, §4º do Ato GP nº 21/2023	
Claudia Pinheiro - Coordenadoria de Infraestrutura de TIC	TRT-2
Hudson Lincoln Gomes dos Santos - Coordenadoria de Sistemas de TIC	TRT-2
Rosemeire Cassia de Souza Cerqueira - Chefe da Secretaria da Coordenadoria do 2º grau	MPT
Clarissa Lins Mattos - MPT/PRT da 2ª Região/Setor Judicial	MPT
Ana Maria dos Santos Dupim - servidora do Núcleo PJe	TRT-2
Conrado Augusto Pires - Diretor de Vara	TRT-2
3. Deliberações	
<p>1. Ciência da reativação do acesso ao sistema PJe via PDPJ</p> <p>A reativação do acesso ao sistema PJe com autenticação, exclusivamente, via PDPJ - Plataforma Digital do Poder Judiciário, ocorreu no dia 14 de abril de 2025.</p> <p>Pelo Exmo. Des. Daniel de Paula Guimarães, Coordenador do Subcomitê, foi informado que o acesso via PDPJ, feito por ele, foi realizado sem intercorrências, tendo destacado que o sistema funcionou conforme o esperado.</p> <p>Pelo MM. Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Luis Fernando Feóla, foi reiterado que a exigência de acesso por esse meio decorre de diretriz do CNJ, fundamentada em questões de segurança, reforçando a obrigatoriedade e importância do cumprimento da orientação estabelecida.</p> <p>2. Ciência das falhas registradas nos testes do peticionamento intercorrente</p> <p>Pela servidora Michele Vieira Campos, da unidade de apoio executivo, foi informado que durante os testes realizados no dia 07 de abril de 2025, com a colaboração do Dr. Antonio Carlos Bratefixe Junior, advogado representante da OAB/SP, foram identificadas falhas graves no funcionamento da ferramenta de petição intercorrente. Foi informado, ainda, que a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações já registrou as falhas identificadas na plataforma do CSJT para acompanhamento e providências (Jira/CSJT).</p> <p>Foram realizados testes de petições com e sem anexos, bem como com e sem sigilo, sendo verificado que, em determinadas situações, as petições são corretamente juntadas aos autos, enquanto, em</p>	

outras, não há a juntada, não sendo exibidas mensagens de erro, mas havendo recibo de protocolo em todas as hipóteses.

Pelo Dr. Antonio Carlos Bratefixe Junior foi dito que o uso da ferramenta, da forma como se encontra, é temerário e gera insegurança aos usuários.

Pelo MM. Juiz Luis Fernando Feóla foi informado que é indispensável a correção das falhas para que a funcionalidade seja disponibilizada.

3. Demanda da PGE - Cadastro compulsório de entes públicos no Domicílio Judicial Eletrônico

Pelo Dr. Virgílio Bernardes Carbonieri, Procurador do Estado de São Paulo, foi destacado que a Advocacia Geral da União está consolidando documentação das falhas de integração, com o objetivo de informar o CNJ e pleitear as correções junto ao órgão, em articulação com as procuradorias estaduais e municipais.

Pela servidora Michele foi sinalizado que há notícia acerca do cadastro compulsório dos entes públicos pelo CNJ. Enviará link da notícia para o Dr. Virgílio.

Pelo Dr. Virgílio foi dito que esperam que o cadastro não seja realizado compulsoriamente até que as correções sejam implementadas.

4. Sem demandas pela OAB e MPT.

4. Fechamento

Encerrada a reunião às 14:15 horas.

Próxima reunião: 20 de maio de 2025, às 14:00 horas.

DANIEL DE PAULA GUIMARÃES

Desembargador(a) do Trabalho

Coordenador do Subcomitê Regional do PJe do TRT da 2ª Região